



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 1081/2002

“Define como de pequeno valor os débitos ou obrigações perante a Fazenda Municipal em virtude de sentença judicial transitada em julgado e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido que, para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão considerados de pequeno valor perante a Fazenda do Município de Lajinha, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a três salários mínimos.

Parágrafo Único – Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 12 de junho de 2.002, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE  
NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOIS. (29-11-2002)

***Ver. WALDIR AMBRÓSSIO DA TRINDADE***

***Presidente da Câmara***

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 03-12-2002, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais  
At. Legislativo



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA